



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

**ATA DE REUNIÃO Nº 09**

**Pauta:** Políticas Estaduais da Secretaria da Administração Penitenciária

**Participantes do Poder Público:** Giovanna Carlos (SMDHC/EGRESSOS), Jennifer Mirian Augusta (SMDHC/EGRESSOS), Mary Jello (SMDHC/EGRESSOS), Heloyse Camargo (SAP/CAEF), Yara Toscano (SAP/CRSC), Zoraide Modenutte (DPESP/NESC), Carol Lima (CRPIR - Vila Guilherme), Milton Lúcio (CRPIR - Brasilândia), Maria Lúcia Yamashita (SMS/CAB), Ângela Maria Telmo (SPTrans), Cilene Cabral (SPTrans), André Vinicius (FUNAP), Maria Aparecida (Fundação Casa/Pós medida), Renata Mi (Fundação Casa/Pós medida), Edson Antônio da Silva (CRPIR – SUL 2), Isabela Cristina (CRPIR - Butantã), Maria Luiza (CRPIR - Centro), Aluande (CRPIR - Leste II), Gabrielle Dias (SMS);

**Participantes Sociedade Civil:** Rosângela Teixeira (NEV/USP), Regina Magda, Carolina Loeb (FGV);

**Participantes Organização Social:** Kaio Nunes (Instituto Ação pela Paz), Samara Ramos (Instituto Responsa), Patrícia Rodrigues (Projeto Nova Rota), Michele Ferreiro (ITTC), Carolina Dutra (ITTC), José Roberto (FUNAP), Nádia Lima (Memória Carandiru), Hellen Baum (1º Frente Sobreviventes do Cárcere), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Maurício Monteiro (1º Frente Sobreviventes do Cárcere), Ivete Belfort (Palavras de Paz).

---

Às 14:00 do dia 17 de maio de 2024, no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os senhores e senhoras indicados acima a fim de discutirem a pauta do dia. A Sr.(a) **Giovanna Carlos** (SMDHC/EGRESSOS) coordenou a reunião, tendo sido secretariada pela Sr.(a) **Jennifer Mirian Augusta** (SMDHC/EGRESSOS).

A Sra. Giovanna, no início da reunião, informou que se tratava da 9ª reunião temática do GT, que se encontra em sua fase final. Descreveu o cronograma do Grupo, os retornos dos encaminhamentos e informes, leitura e aprovação das propostas levantadas, a votação do tema para o próximo mês de julho, a apresentação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (FUNAP), e o debate e formulação de propostas.

Abordou os encaminhamentos pendentes da última reunião e mencionou o retorno recebido sobre as unidades prisionais que contrataram empresas, ressaltando que um encontro está programado para discutir o assunto com a Ouvidoria de Direitos Humanos e o Núcleo Especializado em Situação Carcerária, visando encaminhar as questões à SAP e obter



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

mais informações.

Na última reunião, foi apresentada uma proposta referente à educação, especificamente sobre o transporte gratuito para pessoas matriculadas no EJA e ENCCEJA. No entanto, tratava-se de uma política já existente, pela qual os matriculados podem solicitar o passe livre estudantil. Decidiu-se aprofundar essa orientação para detalhar melhor esse direito e abrir espaço para outras propostas. No que tange às saídas temporárias, houve uma sugestão para a concessão de bilhete único com um valor específico. Foi dito que a equipe de Egressos está formulando uma proposta para apresentar ao pessoal da SPTrans. Além disso, a fim de não realizar uma reunião exclusivamente sobre esse tema, a equipe deixou o canal aberto de propostas para a coleta desse tema.

Foi marcada uma nova data para a reunião sobre denúncia. Essa reunião, embora menos estruturada que a do Grupo de Trabalho (GT), tem sido de grande importância no que diz respeito ao debate sobre a questão, razão pela qual decidiu-se continuá-la. Sobre o mesmo tema, foi na última reunião de “denúncias”, que se encaminhou o diálogo entre o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e o Núcleo Especializado da Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado. A ideia é que o NEV recolha os dados fornecidos pelo NESC, organize e divulgue os mesmos de maneira conjunta.

Giovanna também colocou informes sobre a Cartilha Municipal de Políticas e Direitos para a População Egressa do Sistema Prisional e seus Familiares. Lembrou que o material tem o intuito de reunir informações essenciais sobre os direitos da pessoa egressa do sistema prisional e familiares, bem como apresentar informações essenciais para o conhecimento das famílias sobre o processo de cumprimento de pena e demais garantias às pessoas em privação de liberdade. O processo do texto está acontecendo e, em breve, será aberto o edital de escolha da pessoa Designer responsável pela arte e pela diagramação da cartilha. Este edital vem de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e a UNESCO, e, no momento da reunião, o processo seletivo está colhendo currículos que se encaixassem no perfil solicitado.

A Sra. **Nádia Lima** (EMC) sugeriu que se desse preferência a artistas que são egressos. A Sra. Giovana informou que é necessário possuir curso técnico, além de enviar currículo e portfólio para a equipe de Atenção aos Egressos e seus Familiares, e que pessoas egressas e familiares de pessoas privadas de liberdade recebem uma pontuação a mais do que aquelas que não se declaram egressos e/ou familiares. Além disso, mencionou que o exemplar será semelhante ao “Guia PopRua”, mas com um visual adequado e voltado para o público.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

Foi informado que a equipe de Atenção aos Egressos e seus Familiares esteve presente em Brasília, na figura da Sra. Giovanna, participando da Audiência Pública Pena Justa, que visa a construção de um plano nacional para o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras, seguindo determinação do STF no processo de julgamento da ADPF 347. O eixo em que o tema da equipe se encaixava era, justamente, o que buscava construir propostas de políticas que abordavam a “reinserção social” pós-cárcere. As propostas foram apresentadas com o adendo de que eram propostas que vinham diretamente da sociedade civil, nas quais o município nem sempre tinham possibilidade de atuação/atribuição. Foram destacados os pontos nos quais o poder municipal poderia atuar em ações diretas ou articulações. São elas:

1. Campanhas publicitárias para conscientização da população geral acerca da “reinserção social” de pessoas egressas;
2. Criação de “Fundos Penais” municipais;
3. Articulação e atuação dos CAPS, sobretudo CAPS AD, dentro de unidades prisionais;
4. Atenção aos casos de tuberculose nas unidades prisionais;
5. Educação sobre redução de danos em relação à álcool e outras drogas;
6. Serviço municipal ou estadual de acolhimento temporário, como uma casa de passagem;
7. Formações contínuas sobre gênero, sexualidade, raça e demais temas sobre populações vulnerabilizadas/minorias sociais para policiais penais e demais agentes das unidades prisionais;
8. Instalação de turmas de ENCCEJA dentro das unidades prisionais;

As demais propostas estão na planilha pública de sistematização, no *drive* público do GT.

Em relação a primeira proposta apresentada (na tabela disponibilizada), a Sra. **Hellen Baum** (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere), questionou o motivo de se ter focado apenas na primeira infância (texto: atenção às crianças que estão na Primeira Infância e tem ou o pai ou a mãe preso). A Sra. Giovanna explicou que já existiam políticas especializadas para crianças de 0 a 12 anos, inclusive no município de São Paulo, assim, a ideia se aproximaria de uma atenção especial para este recorte já dentro das estratégias de atenção à primeira infância. Hellen opinou que na Fundação Casa não se aplicava o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A **Sra. Nádia** sugeriu que seria benéfico associar ao ECA, pois, em caso de agravamento institucional, a Lei da Primeira Infância estaria em vigor. A Sra. Giovanna



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

esclareceu que a questão foi voltada para a primeira infância a partir da fala já posta na Audiência, sem possibilidade de alteração, pois será apontado no relatório que se trata de um texto colhido no próprio evento.

Giovanna também mencionou a proposta de "Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade", apresentada em Brasília. Informou que a próxima reunião tem como tema "as interfaces com o sistema de justiça" e sugeriu trazer uma convidada de Curitiba, que possuía grande conhecimento sobre o assunto, para agregar ao debate com a experiência prática de um conselho da comunidade aberto. A reunião também vai contar com o convite ao TJ e outros órgãos do Poder Judiciário.

O Sr. **Maurício Monteiro** (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere) abordou o trabalho realizado pelo EMC. Ele destacou a importância de transmitir à sociedade que é possível passar pelo sistema prisional e superar a estigmatização associada à experiência carcerária. O objetivo do projeto do EMC é desmistificar a ideia de que "uma vez que passou pela cadeia, já era". Esse trabalho é fundamental para trazer à luz as histórias das pessoas que sobreviveram ao sistema prisional, promovendo empatia e demonstrando que a vida não se encerra na cadeia. A Sra. Hellen completou que é essencial lembrar que a sobrevivência dos egressos ocorre apesar das adversidades, ressaltando que muitos não possuem trabalho formal e que a rede de apoio é formada por egressos ajudando outros egressos.

A Sra. Giovanna comentou sobre os cartazes de conscientização criados para cada coordenação da Secretaria, uma ação do Departamento de Educação em Direitos Humanos. A ideia, então, é espalhar esses cartazes em pontos estratégicos da cidade, promovendo a empatia para com a pessoa egressa, mas também divulgando os canais de denúncia de violações de direitos da população egressa e familiares. Esta se demonstrou, por enquanto, como uma estratégia de divulgação da pauta e um "início" de campanha de sensibilização em relação ao tema.

A Sra. **Ivete Belfort** (Palavras de Paz) distinguiu dois tipos de campanha: uma de informação e outra de mudança de hábito, visando combater o preconceito contra os egressos, inclusive entre os próprios. Ela enfatizou a importância de realizar essa campanha tanto dentro das unidades prisionais quanto na sociedade civil, promovendo a reconstrução e a reintegração das pessoas egressas. Segundo ela, não é suficiente apenas escrever cartas; é crucial utilizar vídeos nas redes sociais para mostrar histórias de transformação, como aprender a ler, escrever ou adquirir uma nova profissão no sistema carcerário. A Sra. Hellen discordou, afirmando que nas ruas existe uma rede de apoio, mas na prisão não se aprende



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

nada. Ela relatou que entrou no sistema prisional como “dependente química” (SIC) e saiu como potencial criminosa, transformando seu ódio em luta. A Sra. Ivete insistiu na necessidade de investir na reintegração dos egressos, afirmando as necessidades de emprego e condições dignas de vida. Ela defendeu que esses esforços devem ser levados às escolas e locais de trabalho, para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades.

Em seguida, a Sra. Hellen concordou parcialmente, mas discordou da afirmação de que alguém aprende a ler, escrever ou adquire uma profissão na prisão, sugerindo que qualquer pessoa egressa presente na sala, que tenha saído com essas habilidades garantidas, levantasse a mão. Assim, Hellen criticou os cursos oferecidos pela FUNAP, afirmando que são pouco eficazes e mencionou que ofereceu projetos para unidades penitenciárias visando aprimoramento e redução da vulnerabilidade, mas que essas unidades apenas se interessam em projetos que proporcionem remissão de pena e que possam ser desenvolvidos em uma semana, sem preocupação com resultados efetivos. Ela relatou sua própria experiência trabalhando com solda no sistema prisional, afirmando que, mesmo assim, não conseguiu emprego como metalúrgica, pois as empresas do setor não contratam “ex-detentos” (SIC).

A Sra. Giovanna acrescentou que, internamente, estão tentando desenvolver campanhas de combate aos preconceitos dentro das empresas, em colaboração com os Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) - uma proposta que vem de outras reuniões. O Sr. Maurício sugeriu a implementação de políticas públicas que incentivem o apoio a egressos através de histórias de superação. Ele acredita que essa empatia abriria portas para outras pessoas egressas em nível comunitário e empresarial, pois a empatia facilita a abertura de oportunidades.

A Sra. Hellen relatou que iniciou um projeto de aprimoramento nas comunidades em parceria com a IREC e o Instituto Rino, que forneceu a estrutura e as aulas, mas sem oferecer bolsas para as mulheres em situação de vulnerabilidade. Ela, que é mestranda na UFABC, com pós-graduação em Direito Penal e experiência de docência, afirmou que foi impedida de conduzir encontros em unidades prisionais por ser egressa do sistema prisional. Em uma reunião com a POMAR, ela questionou a crença na ressocialização oferecida, visto que não permitiam que uma pessoa egressa ministrasse cursos nas unidades prisionais. Assim, o projeto foi realizado na comunidade para prevenir que outras pessoas entrem no sistema prisional, utilizando textos de pensadores latino-americanos. A partir desse relato, a Sra. **Yara Toscano** (SAP/CRSC) pediu para entrar em contato para entender mais sobre o que aconteceu e, então, dar prosseguimento à vontade da sra. Hellen, se possível.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

A Sra. Giovanna retomou a discussão sobre a planilha e as propostas levantadas, passando pelo tema da habitação. Todas as propostas colocadas na reunião estão disponíveis no *drive* público, e serão registradas no relatório final do GT. As propostas que não tinham sido aprovadas em reuniões anteriores foram repassadas e debatidas a fim de se encerrar a discussão sobre os pontos que ficaram abertos.

Nesta reunião, discutiu-se a proposta que veio do formulário online para a reunião que tratou sobre assistência e desenvolvimento social no município. A proposta redigida sugeriu-se que o município deverá estudar a possibilidade de criação de um auxílio financeiro temporário para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. Foi discutido com o autor da proposta que o objetivo é criar um auxílio financeiro temporário para egressos, visando seu restabelecimento após a saída da unidade prisional. O autor da proposta concordou que o texto está a contento da proposta.

A principal questão levantada foi a origem dos recursos necessários para esse auxílio. Entende-se que a questão orçamentária é complexa e afeta o município como um todo. Há a possibilidade de utilizar fundos penais, mas é crucial estudar a implementação desse auxílio para que não seja uma proposta vazia. Portanto, é fundamental que a pesquisa sobre essa questão seja debatida e construída de forma realista. Todos concordaram e entenderam o desafio em torno da proposta, que foi aprovada.

A Sra. Hellen observou que a execução de pena de multa poderia financiar esse auxílio. A Sra. Yara também apoiou a ideia, ressaltando a necessidade de um estudo detalhado para determinar a fonte dos recursos, como os dias-multa. A Sra. **Tempestade** apresentou uma proposta adicional, argumentando que o governo gasta cerca de R\$ 3.000,00 por preso e que, assim, parte desse valor deveria ser direcionado para garantir suporte aos egressos. A Sra. Giovanna retomou a discussão, afirmando que a proposta deve incluir um estudo para determinar a origem dos recursos, propondo que a aprovação seja condicionada a essa análise.

Seguindo com a proposta de Habitação, tema da reunião anterior, a Sra. Giovanna informou que foram recebidas apenas duas propostas. Ela destacou que as propostas podem ser enviadas por e-mail, telefone ou pessoalmente. Uma das propostas da sociedade civil foi a seguinte: “Política efetiva de habitação, promovida pela Secretaria de Habitação fazendo valer o direito à moradia para todos com Cotas para pessoas egressas ou famílias que tem histórico de situação de rua”. A coordenação redigiu a proposta da seguinte forma: “A SMDHC recomendará a inclusão de famílias de pessoas em privação de liberdade na lista de prioridade



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

da demanda fechada no município”. A proposta foi aprovada com a discussão de que é necessário considerar a faixa de renda familiar. Giovanna respondeu que a demanda fechada do município já considera, para além de outros critérios (como o de mães solteiras, por exemplo).

Foi questionado se o POT (Programa Operação Trabalho) se aplica a pessoas egressas. A Sra. Giovanna respondeu que o POT para egressos já está em processo de criação e sendo articulado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), ao mesmo tempo em que está em processo de identificação quantas pessoas egressas são ou foram beneficiárias dos projetos. Vale dizer que qualquer pessoa que esteja dentro dos critérios do POT pode entrar no Programa.

Sobre esse tema, o Sr. **Joel Novaes** (Instituto Recomeçar) relatou que visitou a região da República e do Ipiranga e conversou com trabalhadores, mas não conseguiu obter os dados que estava procurando (em relação a participação de egressos no programa e como é a rotina de trabalho). Segundo ele, os beneficiários do POT e por vezes, pessoas egressas, parecem desamparados, recebendo apenas uma vassoura e uma pá, sem acompanhamento adequado. Ele sugeriu que um coordenador/supervisor poderia ser útil, sobretudo em um cenário de “enquadro policial”. Giovanna indicou que não era possível saber se não existia, ali com a pessoa, um supervisor, mas que entendia a questão trazida. Reforçou também que já está em contato com a SMDET para entender os dados, implicando que é possível que tenha um receio de dar essa informação.

A segunda proposta feita pela sociedade civil inclui duas sugestões: 1: Implementação de um programa de habitação social específico para pessoas que retornam do sistema prisional, oferecendo assistência na obtenção de moradia adequada; 2: Reserva de unidades habitacionais: Destinação de uma certa porcentagem de unidades habitacionais em projetos de habitação social para indivíduos e famílias que retornam do sistema prisional. A proposta redigida foi “a SMDHC, em conjunto com a SEHAB, formulará um projeto que visa atender a população egressa do sistema prisional nos programas habitacionais do município”. A Sra. Hellen perguntou se em “familiares”, o projeto também incluiria os familiares de pessoas ainda presas, ressaltando a importância de contemplar ambos os grupos. Este critério não é excludente, mas também não dá prioridade. Isto é, sendo familiar de pessoa privada de liberdade ou não, outras normas são as que contam para a fila. No entanto, a Sra. Giovanna afirmou que editará o texto para refletir sobre essa inclusão, e a proposta foi aprovada.

Foi mencionada a discussão sobre vagas de acolhimento na SMADS, e a Sra. Giovanna



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

explicou que essa proposta foi levantada na reunião sobre assistência social, com um texto que contemplava, sobretudo, vagas para àqueles que estão cumprindo condicionalidade.

A próxima proposta foi feita a partir do entendimento dos debates da reunião: “A Coordenação recomendará a inclusão de pessoas egressas na lista de atendimentos prioritários no Programa Reencontro”. Essa proposta surgiu a partir da fala do Sr. Alan. O Programa Reencontro oferece auxílio financeiro de R\$ 600,00 para indivíduos em situação de rua, e R\$ 1.200,00 para famílias - ambos voltados para o aluguel de moradia. Embora não seja uma política habitacional de auxílio aluguel, é uma política de acolhimento que dá mais autonomia ao beneficiário que esteja em situação de rua, assim, foi recomendada a inclusão de pessoas egressas na lista de prioridades.

A Sra. Hellen perguntou como as pessoas em situação de rua têm acesso a esse programa. A Sra. Giovanna explicou que a política da SMADS tem critérios específicos que levam em consideração, por exemplo, o nível de autonomia do indivíduo. Os critérios do Programa Reencontro são outros, mas não devem fugir da mesma lógica, principalmente em relação ao auxílio. Em seguida, Giovanna perguntou se a proposta poderia ser aprovada e todos concordaram que sim.

Foi discutida a organização interna do GT para os próximos meses, com a seguinte programação: maio para políticas estaduais, junho para interfaces com o sistema de justiça, julho com tema aberto, agosto para a apresentação do relatório, e setembro para a aprovação do texto com as mudanças sugeridas pelo GT, seguido da publicação e divulgação.

Para julho, foi decidido que o tema seria aberto e discutiu-se a importância de abordar questões relacionadas ao transporte e mobilidade. No entanto, devido ao tempo limitado, foi proposto mudar para o tema que debaterá sobre serviços voltados para a população egressa e seus familiares. Isso incluiria um debate sobre experiências e a efetivação e construção de propostas nesses serviços. A Sra. Giovanna então abriu a votação para definir o tema de julho. Os temas disponíveis eram: conselho municipal, serviços de atendimento especializado, serviços de direitos humanos. O tema de “conselho municipal” ganhou com quase unanimidade e será o tema discutido.

A Sra. Hellen expressou concordância com a criação de um conselho municipal, enfatizando a importância do mapeamento e da efetividade das políticas públicas. A Sra. **Yara Toscano** (SAP/CRSC) concordou com a criação do conselho municipal pelo mesmo motivo.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

Em seguida, a palavra foi passada para os representantes do tema da reunião. A Sra. Yara Toscano, representante das Centrais de Atendimento ao Egresso e Familiares da Secretaria da Administração Penitenciária, explicou o programa de reintegração e cidadania, destacando a atuação das CAEF da SAP. Em 2009, foi criada a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC) dentro da SAP, que gerencia os programas de reintegração social, incluindo o Programa de Penas e Medidas Alternativas. Este programa, em colaboração com o Poder Judiciário, avalia e encaminha prestadores de serviço comunitário, garantindo que suas qualificações sejam adequadamente utilizadas.

Yara deu o exemplo da parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que, anteriormente, permitiu que prestadores de serviço passassem pelos setores da Secretaria. Algo que deixou de existir e que, segundo a defesa de Yara, deveria ser retomado. Ela colocou que as regras para a concessão de alternativas penais são determinadas pelo Poder Judiciário e incluem: Pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos; crime sem violência ou grave ameaça à pessoa; crime de menor potencial ofensivo; não reincidência em crime doloso; e verificação da culpabilidade, antecedentes, conduta social e personalidade do condenado, bem como motivos e circunstâncias que indiquem a substituição. critérios como penas inferiores a quatro anos e ausência de reincidência. Foi apresentado um gráfico de expansão das CPMA's desde 2015, que exibiu a expansão desses serviços, chegando a 94 unidades em 2023.

Em relação às CAEF's, no momento da reunião, eram 63 unidades no Estado, atendendo a diversas demandas. E, segundo a apresentação, o serviço presta assistência a egressos do sistema penitenciário e seus familiares, com ações como: acolhimento em entrevista de verificação de demandas; encaminhamento para rede psico-socioassistencial, de saúde geral, saúde mental, educação e acesso à justiça (encaminhamento e orientação para a realização do cadúnico, para centros de acolhida, etc); orientação e promoção de direitos de cidadania; encaminhamento para defensoria pública; orientação e encaminhamento para fins de benefícios previdenciários (auxílio-doença, auxílio reclusão, LOAS); orientação e encaminhamento para programas de inclusão social (governo federal, governo estadual e municipal); ajuda humanitária.

Em relação ao atendimento às pessoas egressas, a apresentação destacou: acompanhamento de benefício judicial e atendimento de demanda espontânea; orientação e encaminhamento para documentação (RG, CPF, RNM, Reservista, Título de Eleitor, CNH, CTPS entre outros); certidão de nascimento, casamento ou óbito via ARPEN (em convênio



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

com a SAP); demandas jurídicas imediatas, como baixa na captura e pendências com a SSP; orientação sobre “dias multa”; solicitação/regularização de antecedentes; orientação e encaminhamento sobre reabilitação criminal; orientação sobre remição de pena; orientação e procedimentos para indulto natalino; inclusão no programa pró-egresso de empregabilidade; fomento ao pró-egresso municipal; realização das “Jornadas da Cidadania”; concessão de passagens rodoviária para quem atender os critérios; resposta às cartas de pessoas pré-egressas com orientação sobre os programas.

Em relação aos familiares, foi apresentado: procedimentos para aproximação familiar; procedimento para reconhecimento de paternidade; mediação juntos às unidades prisionais para aquisição de certidão de recolhimento prisional para fins de auxílio reclusão; mediação juntos às unidades prisionais para informações; orientação sobre o programa conexão familiar; orientação para envio do “jumbo”; transferência de valores via pix; orientações referentes às “normas sap”; orientação para visita presencial.

Yara anunciou a Jornada da Cidadania, voltada para a população LGBTQIA+, e detalhou os atendimentos realizados na Jornada em Unidade de Reintegração 2023, totalizando 4.737 atendimentos, dispostos a seguir conforme tabela apresentada:

- Cadastramento para atendimento social e psicológico / orientações: 379;
- Ajuda humanitária (Cestas básicas, lanche, doação de roupas e distribuição de brindes): 1.959;
- Oferta de cursos (SEBRAE, Passarela alternativa): 188;
- Orientação e cadastramento para bolsa de estudo: 68;
- Inscrição Pró Egresso: 32;
- Plantão Atendimento Jurídico: 204;
- Outros Atendimentos (Migrantes refugiados, integração familiar, PAT): 447;
- Cortes de Cabelos/Procedimentos estéticos por Escola Parceira: 204;
- Participações: Palestras/Oficinas Temáticas/Certificados/Orientações: 303;
- Número de participantes nas Atividades: 602;
- Plantão Atendimento e/ou Orientação de Saúde: 179;
- Número de participantes nas Ações de Saúde: 172.

Mencionou também atualizações no sistema, novas portarias com o Judiciário, e o Projeto Conexão Familiar, que permite visitas virtuais para familiares de presos. Nos destaques estavam: atualização dos impressos, implantação do sistema de reintegração, 302 visitas técnicas nas unidades de atendimento, recebimento do recurso do SENNAPEN para CAEF



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares  
Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Mulher e Diversidade.

Segundo os dados apresentados: 31.914 demandas de regularização de situação jurídica e benefícios judiciais, o que corresponde a 77,18% dos atendimentos totais. Foram também 676 demandas de documentação pessoal, sendo 7,16% dos atendimentos totais; 27 demandas para encaminhamentos para cursos de capacitação; 148 demandas de encaminhamentos para mercado de trabalho e 771 demandas de atendimento psicossocial – dados anuais computados até o dia 29/02/2024.

A coordenadora também falou sobre o COMPE, que desde 2015 trata das questões das mulheres presas e egressas, e a construção do BIEINER 2024/2026. Explicou a atuação das diretorias de Centros de Assistências Técnicas e Políticas Específicas (CPE), que promovem ações nas unidades prisionais, e a parceria com instituições acadêmicas para capacitação profissional. Apresentou o GARS (Grupo de Ações de Reintegração) que tem como principais ações: promover e propagar ações de reintegração social no âmbito da SAP, com ênfase nas unidades prisionais; compreender a realidade prisional, identificando, coletando dados, classificando e sistematizando as intervenções em reintegração social, traçando indicadores para formular ações e políticas públicas; fornecer subsídios teóricos, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam no âmbito da reintegração social; garantir assistências ao sentenciados: realização de atendimentos individuais/grupais, oficinas, preparação para a liberdade, demandas objetivas, demandas familiares, programas sociais, entre outros.

Também foi apresentado os CRTs (Centro de Referências Técnicas) que, por meio das células de referências técnicas, mantem relações com as unidades para: Acompanhar e orientar as atividades técnicas das UPs, voltadas aos trabalhos de reintegração social; promover as ações de reintegração social em harmonia com as diversas áreas; instrumentalizar os técnicos e gestores para o desenvolvimento de uma atividade mais eficiente e com maior efetividade; empoderar os profissionais para o desenvolvimento de suas atribuições, buscando o fortalecimento da ação de reintegração como atividade fim da Unidade Prisional. Por fim, agradeceu a todos e passou a palavra para a FUNAP antes de abrir para perguntas.

O Sr. **André Garcia** (FUNAP) começou agradecendo e destacando a importância da educação no sistema prisional. Ele apresentou a FUNAP, uma fundação do governo de São Paulo vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

A FUNAP possui uma estrutura composta por um conselho curador, presidência, conselho fiscal e diretoria executiva, além de quatro diretorias adjuntas: Administração e Finanças, Produção, Comercial, e Atendimento e Promoção Humana. A Diretoria de Produção administra oficinas de trabalho nas unidades prisionais, enquanto a Diretoria Comercial vende produtos e aloca mão de obra que está em semi-aberto. A Diretoria de Atendimento e Promoção Humana, onde o Sr. André é gerente de Educação, foca em educação e cultura.

André destacou a educação e cultura dentro das prisões, a alocação de mão de obra semi aberta e a assistência jurídica oferecida pela FUNAP. A fundação, criada em 1976, visa a recuperação social dos presos, elevando seu nível físico, moral e profissional. Ele ressaltou que São Paulo é um dos poucos estados com uma fundação dedicada à ressocialização, oferecendo oportunidades de reintegração social.

Em São Paulo, há 184 unidades prisionais, com uma população carcerária de aproximadamente 199.470 pessoas, duas das quais são administradas pela Secretaria de Segurança Pública. No município, há 14 mil vagas distribuídas em 14 unidades prisionais, incluindo unidades de detenção provisória, penitenciárias e presídios. Em abril, havia 11.725 pessoas privadas de liberdade no município de São Paulo.

O Sr. André destacou o impacto positivo da educação nas prisões, afirmando que ela transforma, abre portas, ressocializa e reduz o tempo de pena. Ele explicou que cada 12 horas de frequência escolar pode resultar na remição de um dia de pena. A educação básica nas unidades prisionais é oferecida pela rede pública estadual, incluindo Ensino Fundamental e Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

André mencionou que os exames nacionais como o Enem e o Encceja são oferecidos nas prisões, com a participação de milhares de detentos. Ele ressaltou a importância da educação complementar e não formal, realizada pela FUNAP, que inclui cursos e programas de ressocialização. Os resultados alcançados a partir das oportunidades por meio da educação prisional: elevação de escolaridade, aprimoramento de habilidades, autorreflexão, qualificação profissional, desenvolvimento de competências, desenvolvimento cultural, formação para cidadania, promoção de boa convivência e melhora da autoestima.

A FUNAP investe mais de 3 milhões de reais em salários para pessoas presas que trabalham como monitores educativos. A metodologia da fundação se divide em qualificação profissional e desenvolvimento humano e cultural, equilibrando ambos os eixos para promover a ressocialização dos detentos. Um dos principais projetos da FUNAP atende cerca



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

de 17 mil pessoas mensalmente, abordando temas como ética, cidadania, comunicação, e meio ambiente, proporcionando o primeiro passo na educação para a comunidade prisional.

O **Sr. Fábio da Amparar**, apresentou-se e agradeceu os representantes na mesa, destacando a importância de estar no espaço do GT e de poder articular e pensar na construção de uma política municipal de atenção à população egressa e seus familiares. Ele ressaltou que o trabalho e o movimento são para melhorar a situação das pessoas que se encontram dentro do cárcere. Afirmou que não se pode pensar em políticas sem dados, mencionando que a população egressa do sistema prisional já ultrapassou 1 milhão de pessoas. Ele questionou quantas pessoas precisam ser alcançadas e inseridas em algum programa. Disse que estava discutindo o PPA com uma organização do Rio de Janeiro que tem refletido sobre orçamento público e gostaria de entender qual é a fatia desse orçamento destinada a essas políticas para que elas sejam efetivas e alcancem mais pessoas. Fábio também destacou que o cenário apresentado, de educação, parece ser um espaço de privilégio, não acessível a todas as pessoas. Se a educação é transformadora, então deve vir com dados concretos: dados dos profissionais que atuam dentro do sistema prisional, das salas de aula e das pessoas estudando. Somente a partir desse movimento é possível entender se a política está de fato surtindo efeito. Ele pediu que sua crítica fosse entendida como construtiva, ressaltando que as divergências surgem porque cada um olha de um lugar diferente e é necessário discutir trabalho e educação para pessoas que não foram assistidas.

Fábio relatou ter acompanhado o caso de um senhor de Sapopemba que ficou feliz porque seu neto foi encaminhado para medidas socioeducativas após o juiz determinar que ele deveria estudar. A partir desse caso, ele apontou a vulnerabilidade existente e a necessidade de garantir que a educação seja verdadeiramente libertária e mais inclusiva, acessível a pessoas que não estão sendo violentadas em seus direitos.

Ele disse que não conseguiria estudar sabendo que poderia sofrer retaliações e violências, e questionou se voltaria para a cela, isto porque é necessário pensar na educação de outra perspectiva, não ligada ao cárcere que desumaniza. Concluiu dizendo que seria importante alinhar as coisas, pensar na elaboração, nos dados e na construção de políticas, com a ideia de trabalhar a prevenção. No entanto, trabalhar a prevenção depois que essas pessoas já estão no cárcere é muito mais difícil, pois essas pessoas não pertencem à cadeia, mas sim aos seus territórios.

A Sra. **Rosangela Teixeira** se apresentou e afirmou que, apesar do projeto apresentado pelo Sr. André estar muito bem fundamentado, sua experiência como



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

pesquisadora mostrou que a realidade não é bem assim. Ela mencionou ter visto casos de mulheres no sistema prisional que estavam sem acesso à educação, com unidades inteiras em castigo, sem salas de aula, professores ou trabalhos. Questionou qual a relação da FUNAP com essa situação e como seria garantido que as pessoas realmente acessassem os estudos. Além disso, ela apontou que os números apresentados eram insuficientes para a quantidade de pessoas, e que durante as transferências, os dados e documentos, como os de redução de pena, se perdiam. Perguntou como esses casos eram tratados.

A Sra. Giovanna agradeceu, e a Sra. Yara sugeriu responder primeiro. Ela afirmou que a questão prisional era bastante complexa. Disse ser funcionária pública e que estava apresentando o trabalho da Integração Social, um espaço que ela acreditava ser necessário para minimizar as questões sociais. Reconheceu que o número de pessoas atendidas poderia parecer insuficiente e que todos os dados poderiam ser solicitados através do serviço de cidadão. Explicou que a quantidade de pessoas que saíam do sistema prisional e demandavam atendimento da central de atenção ao egresso e sua família deveria ser muito maior.

A Sra. Yara enfatizou que estava no GT para dialogar e que a parceria com o governo federal, o sistema de justiça, o Tribunal de Justiça e o conselho era essencial, mencionando que antes não havia resolução, mas que agora estavam encaminhando. Ressaltou a importância dessas parcerias e informou que havia apenas 63 CAEFs, sendo necessário muito mais serviços efetivos. Destacou que todas as CAEFs são em parceria com a prefeitura, exceto a da cidade de São Paulo, que ainda não havia conseguido essa parceria.

Yara perguntou à Sra. Hellen se ela havia procurado uma central de atendimento para pessoas egressas e suas famílias. A Sra. Hellen respondeu que havia procurado um posto de atendimento. A Sra. Yara afirmou que as coisas estavam mudando, embora fosse historicamente difícil de demonstrar, e que quando começou a atuar, não havia nada. A Sra. Hellen rebateu dizendo que nada havia mudado e que não estava encaminhando. A Sra. Yara perguntou para quem as mudanças não estavam ocorrendo, e a Sra. Hellen respondeu que para todos os egressos.

Heloyse respondeu parte dos apontamentos e se colocou a disposição para demais esclarecimentos, ela reforçou que não conhecer ninguém que se beneficiou de alguma ação da CAEF/FUNAP, não significa que o trabalho não estava sendo feito. Disse que era necessário continuar caminhando, reconhecendo necessidades de melhoras. Respondeu também à Sra. Tempestade que denunciou que não havia passagem disponível para a "saidinha", e que, dentro de sua atribuição com pessoas egressas, é responsabilidade da CAEF ter a passagem



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**  
**Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares**

para o egresso voltar a morar com a família, no território de origem. A discussão em relação a este ponto está sendo feita e avançando internamente.

No encerramento, foi reforçado o tema da próxima reunião, os caminhos de contato com a equipe e as possibilidades de envio de propostas e encaminhamentos.